

VARIÁVEL LINGÜÍSTICA: CONCEITUAÇÃO, PROBLEMAS DE DESCRIÇÃO GRAMATICAL E IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GRAMATICAL¹

Marco Antônio de OLIVEIRA (Universidade Federal de Minas Gerais)

ABSTRACT: In this paper I examine the concept of linguistic variable. Variants of a linguistic variable are determined in terms of sameness of context and meaning. It is argued here that controlling the context is not an easy task, and that we must (1) extend the notion of context beyond structural context, and (2) explore the structural context to the last detail so to avoid labelling as variation an alternation between X and Y that can be predicted from the grammar. Concerning meaning, it is argued here that it is not always possible for one to be sure whether two (or more) linguistic forms say the same thing, mainly when it comes to syntactical phenomena. Finally, a few hypotheses are proposed, from the observation of the evolution of some linguistic variables, as to the relationship between system and variation.

Estamos testemunhando, nas duas últimas décadas, um avanço muito grande de duas correntes dentro da lingüística. Ambas estão voltadas para uma questão fundamental, que é a de entender o fenômeno da linguagem; ambas procuram construir uma teoria onde os fatos das línguas naturais possam ser explicados, e nenhuma das duas pode se dizer pronta, estando ambas no processo de se fazerem. Digamos que estamos falando, de um modo muito geral, de algo que pode ser chamado de Sociolingüística, e de algo que pode ser chamado de

Gramática Gerativa. É interessante observar que os partidários de uma ou de outra escola se portam, muitas vezes, como peças de um jogo de xadrez, numa espécie de batalha onde o objetivo é derrotar o inimigo. E este não é um comportamento exclusivo dos peões; é também um comportamento dos bispos, das torres... e dos reis! Eu já ouvi comentários do seguinte tipo:

"O que você faz é ficção científica!"

"Sua análise não tem compromisso com a realidade!"
ou então, mudando de lado,

"O que você faz é contar boi na praça!"

"O que nos interessa é a gramática, e não o dado!"

Ora, se os objetivos das duas escolas são tão parecidos qual é o motivo de divergências tão acentuadas? Parece-me que há pelo menos um ponto onde estas escolas divergem bastante. Este ponto é a concepção do que seja uma descrição gramatical. Consideremos aqui a opinião de dois linguistas importantes, no que se refere ao tratamento da mudança linguística. Meillet (apud Weinreich, U., W.Labov & M.Herzog, 1968:176) escreveu:

"Language is an institution with an autonomy of its own; one must therefore determine the general conditions of development from a purely linguistic point of view;... but since language is (also) a social institution, it follows that linguistics is a social science, and the only variable element to which one may appeal in order to account for a linguistic change is social change, of which language variations are but the consequences - sometimes immediate and direct, and more often mediated and indirect."

Kuryłowicz (apud Weinreich, U., W.Labov & M. Herzog, 1968:177), escreveu o seguinte:

"One must explain linguistic facts by other linguistic facts, not by heterogeneous facts... Explanation by means of social facts is a methodological derailment".

Embora estas duas citações se refiram à questão da mudança lingüística, elas podem ser transferidas, *mutatis mutandis*, para as propostas de descrições sincrônicas. Elas refletem, por exemplo, as diferentes opiniões com relação ao tipo de ingredientes que estamos dispostos a admitir em nossas descrições gramaticais. Conforme se tem mostrado nos estudos efetuados nos últimos 20 anos, os casos de variação lingüística detectados apresentam estreita correlação com fatores não-estruturais. E não há como correr disso. Alguém pode até fingir que não está vendo nada. Ou alguém pode até admitir que um caso ou outro necessite, em sua explicação, de referências a alguns fatores não-estruturais mas, mesmo assim, como algo mais ou menos marginal. Ou então alguém pode dizer claramente que as gramáticas devem incorporar unidades não-estruturais. E, como veremos a diante, não é verdade que estas unidades não-estruturais estão aí apenas para se lidar com casos de variação lingüística.

Vamos focalizar o problema, agora, do lado da Sociolingüística. Para isso proponho, para reflexão, o seguinte ponto: não estariam as práticas sociolingüísticas incorrendo, por vezes, num tipo de falha, na medida em que não exploramos em profundidade os aspectos estruturais dos casos detectados como casos de variação? Ou seja, não damos, algumas vezes, uma dimensão maior aos casos de variação lingüística do que a que realmente têm? Afinal, onde começa a variação? Já diz o ditado popular que "nem tudo que reluz é ouro". Portanto, é justo perguntar quais são os casos que merecem o rótulo de *variável lingüística*, e qual é a sua dimensão.

Pretendo discutir esta questão tendo como pontos de referência os seguintes aspectos:

- 1º - O isolamento de um conjunto de variantes como pertencentes a uma mesma variável lingüística, e
- 2º - A seleção dos parâmetros utilizados na análise das variáveis lingüísticas.

Podemos começar por uma definição de *variantes* e *variáveis*. Tarallo (1985:8), em sua excelente introdução à Sociolinguística, escreve o seguinte:

"Variantes linguísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de 'variável linguística'."

Nesta definição de *variantes* e *variáveis linguísticas*, que é a definição encontrada na literatura, há dois pontos que devem ser destacados. O primeiro deles é a referência a *um mesmo contexto*, e o segundo é a referência ao *mesmo valor de verdade*. Por quê é necessária a alusão ao contexto? Simplesmente porque não queremos chamar de variação linguística qualquer seleção de variantes que se dê em termos de um contexto claramente determinado. Por exemplo, em alguns dialetos do português o fonema /t/ se realiza de dois modos diferentes, ora como [t̘], ora como [t]. Mas, nestes dialetos, o fone [t̘] só ocorre diante da vogal *i*, enquanto que o fone [t] ocorre nos demais ambientes. Os contextos de ocorrência de [t̘] e [t] não são os mesmos, e os falantes destes dialetos não têm escolha quanto ao uso das duas formas. Este não é, portanto, um caso de variação linguística. O que temos aqui são variantes condicionadas de um mesmo fonema.

A restrição em termos de valor de verdade também é necessária, já que não podemos chamar de variantes de uma mesma variável duas formas, A e B, se elas não significam a mesma coisa.

Admitimos, então, que as restrições em termos de *contexto* e *valor de verdade* são indispensáveis. O problema está em se operar com estas noções.

Consideremos em primeiro lugar a noção de *contexto*. O que é que vamos entender como *contexto*? E, uma vez isolados os contextos, até que ponto eles devem ser explorados? É claro que por *contexto* não podemos, ou pelo menos não devemos, entender unicamente o con-

texto estrutural. Há um outro tipo de seleção de formas que não se dá em termos estruturais. A literatura em lingüística antropológica aponta vários casos onde a seleção de formas se dá em termos da estrutura cultural da comunidade de fala. Podemos dar como exemplo o caso do Zuñi (cf. Newman, 1955) onde a seleção de um item lexical, a partir de um conjunto potencial de sinônimos, se dá em termos da situação do discurso. Por exemplo, um americano de origem hispânica, ou um chicano, pode ser referido por vários itens lexicais, dependendo da situação em que a referência é feita. Assim, se se quer referir a um chicano de maneira muito ofensiva, usa-se a forma *nowe*; se a referência é ofensiva e, ao mesmo tempo, mitigada, usa-se a forma *nopolo:wa*; se a referência é neutra, usa-se a forma *melika*, e se a referência é feita durante um cerimonial religioso, usa-se a forma *po?ya:k?apa*. Estes vários itens lexicais vão ocorrer num mesmo contexto estrutural, e com o mesmo valor de verdade. E, no entanto, não podemos dizer que eles sejam variantes de uma mesma variável, já que são todos eles controlados pragmaticamente.

O exemplo utilizado envolveu itens lexicais. Mas há casos em fonologia com um comportamento muito parecido. Por exemplo, o trabalho de Mary Haas (1944) sobre as diferenças de fala entre homens e mulheres, em Koasati, é um caso em questão. Aqui as diferenças, que são reguladas pelo sexo do falante, não podem ser colocadas em termos de escolha de item lexical, já que certas sequências sonoras características da fala das mulheres correspondem a sequências sonoras diferentes por parte dos homens, independentemente do item lexical em que elas ocorram. Só para dar um exemplo, toda vez que uma forma da fala das mulheres termina por vogal nasalizada, esta nasalização corresponde a uma sibilante alveolar na fala dos homens:

M kã	H kās	'ele está dizendo'
lakawtakkō	lakawtakkōs	'eu não estou levantando'

isto

É claro que em casos como este ninguém vai dizer que vogais nasalizadas em posição final, e vogais seguidas de s em posição final são variantes de uma mesma variável, muito embora o contexto estrutural e o valor de verdade sejam os mesmos. Há ainda fenômenos mais bem conhecidos, como o da diglossia. Na diglossia as diferenças entre as modalidades *Alta* e *Baixa* de uma mesma língua são bastante acentuadas, tanto na fonologia quanto na morfologia e no léxico.

Nos casos do Zuñi, do Koasati, e da Diglossia, o que acontece é que o falante não tem, na verdade, maneiras alternativas de dizer a mesma coisa. Ele só tem uma possibilidade e, portanto, não há variação linguística. Mas para chegarmos a esta conclusão precisamos admitir claramente que o contexto não-estrutural tem o mesmo efeito de separar o joio do trigo que o contexto estrutural. Isto nos permitiria pleitear, de maneira mais objetiva, uma visão diferente do que seja uma descrição gramatical. Ou seja, independentemente de estarmos lidando com problemas de variação, temos evidência de que é necessária a inclusão de fatores não-estruturais nas descrições gramaticais. A descrição de uma língua vai além do estabelecimento das regras de trânsito gramaticais. Cada língua é um fenômeno social complexo e, como tal, sua descrição implica na incorporação de fatores de natureza não-estrutural. Dell Hymes (1974:4), numa introdução à etnografia da comunicação, escreveu:

"It will be found that much that has impinged upon linguistics as variation and deviation has an organization of its own. What seem variation and deviation from the standpoint of a linguist's analysis may emerge as structure and pattern from the standpoint of the communicative economy of the group among whom the analyzed form of speech exists".

Evidentemente, o problema está em se saber quais são

os fatores não-estruturais que têm poder de decisão, sejam eles sociais, discursivos, pragmáticos, etc. O que estou dizendo aqui é que pode acontecer que estes fatores deixem de ser fatores condicionantes e passem a ser fatores determinantes da seleção de formas. E há, na literatura mais recente, evidências que sugerem exatamente isto. Por exemplo, Votre & Naro (1984), examinando as ordens Sujeito-Verbo e Verbo-Sujeito, mostraram que estas duas construções - que já foram analisadas diversas vezes como variantes de uma mesma variável lingüística - estão, na verdade, em distribuição complementar, sendo que cada uma delas é selecionada por tipos diferentes de estruturação discursiva (em termos de topicidade, tematicidade, transitividade, etc.).

Um outro aspecto ligado à questão do contexto se refere ao ponto até onde ele deve ser explorado. Se deixamos escapar algum detalhe, corremos o risco de incluir como variação casos que não são de variação. Tenho um exemplo disso em meu próprio trabalho. Um dos pontos que investiguei há cerca de seis anos atrás foi o da vocalização de (lh). Eu estava interessado nas pronúncias alternativas como *palha x paia*. O problema foi tratado como um caso de variação e procurei cercá-lo com uma série de fatores condicionantes, tanto estruturais quanto não-estruturais. Alguns resultados finais da análise me deixaram surpreendido e, na época, não vi como explicá-los. Por exemplo, a vocalização se distribuía de um modo muito acentuado em termos de grupos sociais: na classe mais baixa ela atingia níveis próximos a 35%, enquanto que nas outras classes os níveis percentuais se aproximavam de zero. Em vez de uma linha inclinada, mostrando uma gradação paulatina de frequências de classe para classe, tínhamos uma descida brusca, que indicava diferenças muito mais profundas. Revendo os dados, pude perceber que a diferença entre o grupo mais baixo e os outros se dava em termos de formas subjacentes diferentes, pelo menos para

grande parte das palavras que contêm (lh). Ou seja, se um favelado diz *paia*, não há evidência nenhuma que sugira a aplicação de uma regra variável de vocalização de (lh). Na verdade, ele só diz *paia*, e nunca diz *palha*. Seu léxico, no que se refere à representação subjacente das formas com (lh), é parcialmente diferente. Mas, note-se que a inclusão de *todas* as formas lexicais, para *todos* os grupos sociais, certamente aumenta a dimensão da variação neste caso.

Um outro exemplo de detalhe contextual pode ser dado pela questão da *ausência vs presença* do pronome sujeito em português. Este caso foi tratado, recentemente, dentro da Teoria da Variação, por Solange Lira (1982), no excelente trabalho que constitui sua dissertação de doutoramento. Lira investigou um total de 8.924 casos, dos quais 5.024 (ou 56%) se apresentavam com o pronome sujeito, e 3.900 (ou 44%) com o sujeito zero. O número de casos que examinei sobre este problema é muito menor, perfazendo 455 dados apenas. Mas as proporções de sujeito pronominal e sujeito zero são muito parecidas com as de Lira: 54% de sujeitos pronominais (246 casos) e 46% de sujeitos zero (209 casos). Lira tratou o problema através de uma regra variável de inserção de pronomes, utilizando-se de 9 grupos de fatores, sendo 3 sociais (classe, sexo e idade) e 6 estruturais (pessoa, tipo de cláusula, status informacional, referente do sujeito, animado x inanimado e flexão verbal). Sem querer comentar os resultados atingidos por Lira em termos de cada grupo de fatores, assim como sua análise, que considero impecável, vou apenas indicar uma diferença entre o meu tratamento dos dados e o tratamento dado por Lira. Para cada dado encontrado, fosse ele um pronome sujeito ou a sua ausência, examinei a possibilidade de ter acontecido, ou não, o contrário. O que observei foi que em muitos dos casos individuais, que no final das contas constituíam o conjunto total dos dados, não havia possibilidade de variação. Isto, evidentemente, considerando-se cada ca

so no contexto de onde ele foi extraído. Vejamos um exemplo. Numa das narrativas utilizadas o informante descreve uma de suas experiências mal sucedidas na aula de Ciências. Depois de explicar em que consistia a experiência de se colocar um ovo cozido dentro de uma garrafa, ele diz o seguinte:

"Então *ela* falou assim: Ø Quero ver... agora Ø quero ver quem tira...!"

Aí *eu* falei com *ela* que *eu* tirava, entendeu?"

Neste trecho ocorrem 3 pronomes. E nenhum deles poderia ter sido omitido. O mesmo informante, numa outra narrativa, se propõe a construir um vulcão de barro, e diz o seguinte:

"Então *eu* falei com *ela* que *eu* fazia o vulcão e Ø levava"

onde o pronome *eu* não poderia ter ocorrido antes de *levava*. Para que o pronome *eu* ocorresse antes de *levava* ele teria que ser seguido da palavra *mesmo*, por exemplo. Nos exemplos do texto de Lira encontramos também alguns casos onde a variável não poderia ter ocorrido de outra forma. Vejamos dois exemplos envolvendo o pronome *eu* em cláusulas coordenadas. O primeiro, na pg 143, é o seguinte:

'*Eu* apanhava plantas no Parque da Cidade
e Ø guardava,
Ø botava data e pedrinhas

Note-se que o pronome *eu* realmente não poderia ter ocorrido antes de *guardava* e *botava*. Vejamos agora o exemplo citado na pg 150:

'O povo aqui me sustenta,
e *eu* não fui.

Neste caso, o pronome *eu* simplesmente não poderia ter sido omitido. Mas o que acontece é que quando contamos os casos, contamos todos juntos. E isto pode distorcer, diminuindo ou aumentando, a dimensão da variação.

Consideremos agora a não menos problemática noção de *valor de verdade*. Conforme vimos na definição apresentada anteriormente, as variantes lingüísticas são

"diversas maneiras de se dizer a mesma coisa". Temos aí um outro problema: o que é dizer a mesma coisa? A resposta a esta pergunta depende, em grande parte, da noção de sinonímia. No caso das análises sociolinguísticas a sinonímia é limitada ao valor de verdade. O próprio Labov (1978:2) nos diz isto claramente quando escreve:

"Though formal linguistics recognizes the existence of expressive and affective information, these are in practice subordinated to what Bühler (1934) called "representational meaning" or what I will call "state of affairs". To be more precise, I would like to say that two utterances that refer to the same state of affairs have the same truth-value, and follow Weinreich in limiting the use of "meaning" to this sense".

Um linguista formal, segundo Labov (1978:3), fará exatamente o oposto:

"He deals with what he knows about-subtle differences in representational meaning. He is programmed to find a difference in meaning between *John ate* and *What John did was eat* or between *They broke into the liquor closet* and *The liquor closet was broken into*. We see in action two opposing drives: the formalist to expand representational meaning, the sociolinguist to constrict it".

Como se pode ver, temos aqui um problema delicado. Se encolhemos a noção de significado, igualando-a a *valor de verdade*, então talvez possamos juntar duas formas, A e B, como variantes de uma mesma variável. Mas, se esticarmos a noção de significado além do *valor de verdade*, então as mesmas formas A e B poderão não ser chamadas de variantes de uma mesma variável. Mas, como é que vamos decidir entre uma abordagem ou outra? Pares de sentenças como *João comeu* e *O que João fez foi comer* têm o mesmo significado? São ou não são

variantes de uma mesma variável? No caso de nos limitarmos ao *valor de verdade*, podemos ou não usar as nuances de significado como contexto? Dependendo das respostas que dermos a estas perguntas poderemos restringir bastante os candidatos possíveis a variáveis lingüísticas.

Consideremos agora a questão da seleção dos parâmetros de análise. Suponhamos que já tenhamos examinado um certo problema, e que ele tenha se caracterizado realmente como um caso de variação. Ou seja, não há contexto que seja capaz de selecionar, entre duas formas A e B, somente a forma A ou somente a forma B. Admitamos também que A e B dizem a mesma coisa. Suponhamos agora que temos em mãos dois modos de se analisar a variação entre A e B, um através de um conjunto X de parâmetros, e outro através de um conjunto Y de parâmetros. Chamemos os dois casos de análise X e análise Y, respectivamente. Suponhamos agora que, pela análise X, os parâmetros $X_1 \dots X_n$ mostrem que uma das variantes é ligeiramente favorecida em relação à outra, algo como $.60 \times .40$, em termos probabilísticos. Suponhamos também que, pela análise de Y, os parâmetros $Y_1 \dots Y_n$ mostrem que uma variante é fortemente favorecida em relação à outra, algo como $.90 \times .10$, em termos de probabilidade. Qual das duas análises é preferível? Ou, que conjunto de parâmetros queremos utilizar? Eu diria que, neste caso, deveríamos preferir a análise Y, já que esta análise minimiza a variação. Na minha opinião, é mais interessante restringir as regras variáveis do que deixar que elas proliferem. Mas é claro que este argumento se baseia apenas na compacticidade da descrição lingüística. Poderíamos nos perguntar o seguinte: os fatos analisados na literatura sugerem que os casos de variação tendem a ser resolvidos? Do ponto de vista diacrônico não há dúvida quanto a isto. Todos os casos de variação foram resolvidos, mais cedo ou mais tarde. As gramáticas históricas estão cheias de exemplos deste tipo. Quanto às variações sincrôni-

cas, eu diria que elas também tendem a ser resolvidas. Pelo menos várias delas dão sinais disto. Vamos tomar como exemplo o caso do alçamento do núcleo do ditongo (aw), uma variável sobejamente descrita em Labov (1972: 1-42, 165-71). O núcleo deste ditongo varia desde uma pronúncia baixa, como [aw], até uma bem alçada, como [əw], admitindo algumas formas intermediárias. No entanto, quando consideramos os dados relativos à evolução deste alçamento no decorrer do tempo, notamos uma tendência extremamente acentuada para se restringir as formas mais alçadas ao contexto de uma consoante surda, ficando as formas não-alçadas limitadas aos outros contextos. Ou seja, as variantes estão assumindo o papel de alofones, ocorrendo cada uma delas num contexto específico. Esta seria uma resolução da variação em termos de contextos bem definidos, de um modo muito próximo da hipótese da regularidade apregoada pelos neo-gramáticos. Um outro modo de se resolver a variação se dá em termos da reestruturação lexical, no sentido da máxima de que "cada palavra tem sua própria história". Há vários casos deste tipo documentados na literatura, e em alguns dialetos do português há casos semelhantes. Por exemplo, as alternâncias entre [o] x [u] e [e] x [i] em posição pré-tônica simplesmente i nexistem para uma grande parte do léxico. Num trabalho em andamento em Belo Horizonte, sobre este problema, podemos ver que *menino* é sempre com [i], enquanto que *meninge* é sempre com [e], ou *bonito* é sempre com [u], enquanto que *bonina* é sempre com [o]. Não há variação aqui, sendo que o contexto fonológico é o mesmo em cada par de fatos. Mas isto não quer dizer que nunca houve variação nestes itens. Deve ter havido. Mas foi resolvida. Assim sendo, já que há evidência de que alguns processos evoluem no sentido de se eliminar a variação, suponho que o tipo de análise selecionado anteriormente encontra mais alguma base onde se sustentar.

O que foi visto até aqui indica que a tarefa de se

dimensionar corretamente a variação não é simples. Há problemas quanto ao contexto e ao significado das supostas variantes, e quanto à seleção dos parâmetros de análise. Foi sugerido também que as variações tendem a ser resolvidas. Talvez seja conveniente, neste ponto, fazermos um balanço dos problemas apontados e tentar ver o que é que eles sugerem. Vou colocar minha posição em termos de três sugestões bastante fortes e, portanto, mais vulneráveis a uma argumentação em contrário.

1. *O fato de haver variação indica que uma teoria lingüística deve prever o surgimento de casos de variação.*

Isto pode parecer um tanto óbvio, mas não é. Quando nada, penso que isto desloca o problema de uma escolha entre (a) a formulação de uma teoria que permita a explicação dos dados (escolhidos a dedo) ou (b) a coleta e análise de dados para a formulação de uma teoria. Na verdade isto sugere a opção por uma teoria que permita que sistemas lingüísticos particulares sejam, eventualmente, alterados, em maior ou menor grau. E, independentemente das variações lingüísticas, qualquer teoria lingüística razoável terá que enfrentar este problema se quiser dar conta das diferenças acentuadas que existem entre as línguas naturais. Em resumo, a variação lingüística não pode ser nem impedida (como mostram os fatos de qualquer língua natural) nem ignorada (e, portanto, uma teoria deve prever seu surgimento e as maneiras como isto pode se dar).

A segunda sugestão pode ser enunciada da seguinte maneira:

2. *As variantes de uma variável tendem a se rejeitar mutuamente.*

Ou seja, é disfuncional a perpetuação de uma situação onde duas formas, num mesmo contexto, dizem a mesma coisa. Há pelo menos cinco tipos de evidência para corroborar esta tendência:

- (a)- Casos onde uma variante simplesmente elimina a ou

tra. Há muitos relatos deste tipo na literatura. Os casos de mudança lingüística já completadas caem todos nesta classe. Em termos de relatos sincrônicos temos um exemplo do francês (cf. Gauchat (1905)) onde [λ] e [y] conviveram lado a lado por algum tempo na vila de Char^{me}y, sendo que, no final, somente [y] permaneceu.

(b)- Casos onde as variantes se contextualizam como alofones. Em português, para alguns dialetos, [ç] e [t] seriam exemplos deste tipo. No inglês temos um caso que caminha claramente neste sentido, que é o caso da variável (aw), à qual já me referi anteriormente.

(c)- Casos onde as variantes se contextualizam lexicalmente. Exemplos deste tipo são os casos de [o] vs [u] e [e] vs [i] pré-tônicos, referidos anteriormente. Há outros exemplos apontados na literatura, principalmente nos trabalhos dos dialetologistas (cf. Bloomfield (1933, cap. 19) e Labov (1981)).

(d)- Casos onde as variantes assumem significados diferentes. Este caso talvez seja o mais difícil de se analisar, uma vez que implica em termos uma teoria semântica que nos permita separar pares de enunciados que dizem a mesma coisa de pares de enunciados que têm significados diferentes. Como vimos anteriormente, há na literatura posições diferentes, e conflitantes, quanto à noção de significado.

(e)- Casos onde as variantes são controladas pragmaticamente. Dependendo da organização sócio-cultural de uma comunidade, variantes de uma mesma variável, determinadas em termos de um mesmo contexto e um mesmo significado, podem assumir papéis diferentes na medida em que se ligam a situações pragmaticamente diferentes do ponto de vista da comunidade em questão. Casos deste tipo sugerem, também, que devemos admitir em nossas gramáticas componentes não-estruturais.

A terceira sugestão decorre da segunda e poderia ser enunciada assim:

3. *Os sistemas lingüísticos conspiram contra as variações.*

Ou seja, embora a língua não tenha como impedir o surgimento da variação, uma vez surgida ela deve ser resolvida. A maneira como a variação vai ser resolvida (um dos casos de 2) dependerá, basicamente, do encaixamento social da inovação. Assim, dependendo do grupo social onde a inovação surge, ela terá maiores ou menores chances de se fixar. Podemos inclusive ter soluções diferentes por parte de grupos sociais diferentes. Se os grupos sociais se distanciarem, geograficamente ou em termos de barreiras sociais acentuadas, poderemos ter o surgimento de dialetos, cada qual com características próprias, ou mesmo o surgimento de diferenças mais profundas.

Concluindo, eu voltaria a salientar os dois pontos centrais deste texto. Primeiro, é preciso que se dimensione corretamente os casos detectados como casos de variação lingüística. Segundo, é preciso que estejamos atentos àquilo que as variações sugerem quanto ao funcionamento dos sistemas lingüísticos. É neste sentido que a análise da variação lingüística contribui para a formulação de uma teoria lingüística.

NOTAS

1. Uma versão parcial deste texto foi lida na 38a. reunião da SBPC, em Curitiba, em julho de 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GAUCHAT, L. (1905) *L'Unité Phonétique dans le Patois d'une Commune*. Halle.
- HAAS, M.R. (1944) "Men's and Women's Speech in Koa-sati". In Hymes, D.H. (1964:228-33).

- HYMES, D.H. (1964) *Language in Culture and Society: A Reader in Linguistics and Anthropology*. New York: Harper & Row, Publishers.
- HYMES, D.H. (1974) *Foundations in Sociolinguistics: An Ethnographic Approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LABOV, W. (1972) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LABOV, W. (1978) "Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera". *Working Papers in Sociolinguistics*, number 44. Austin: Southwest Educational Development Laboratory.
- LABOV, W. (1981) "Resolving the neogrammarian controversy". *Language*, 57, 2:267-308.
- LIRA, S.A. (1982) *Nominal, Pronominal, and Zero Subject in Brazilian Portuguese*. Dissertação de doutoramento, Universidade da Pensilvânia.
- NEWMAN, S. (1955) "Vocabulary level: Zuñi sacred and slang usage". In Hymes, D.H. (1964:397-406).
- TARALLO, F. (1985) *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática.
- VOTRE, S.J. & A. J. NARO (1984) "Discurso e ordem voca-bular". Mimeo.
- WEINREICH, U.W. LABOV & M. HERZOG (1968) "Empirical foundations for a theory of language change". In: W. Lehman & Y. Malkiel *Directions for Historical Lin-guistics*. Austin: University of Texas Press.